

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Pernambuco é contra usina nuclear no Estado	2
Título: Engie estreia no Brasil em gás e mira novos negócios.....	3
Título: Leilões levantam R\$ 8 bilhões em outorgas para União.....	5
Título: Retomada do consumo de alumínio desacelera.....	6
Título: Plano de ajuda vai ao Congresso em 20 dias, prevê Mansueto	8
Título: Vale propôs três independentes, mas minoritários reivindicam uma vaga	11
Título: Petróleo em alta.....	13
Título: Curtas	14
Título: Fornecedores de cana amargam prejuízo	14
Título: Destaques	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Ibama libera leilão da ANP em área ‘sensível’	16
Título: » Parceria.	17
Título: Número oficial de mortos em tragédia chega a 224	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Lista de sumidos em Brumadinho é alvo de golpes.....	18
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Riqueza compartilhada	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/04/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Pernambuco é contra usina nuclear no Estado**

O plano da Eletronuclear de construir de uma usina nuclear em Itacuruba, no sertão pernambucano, às margens do rio São Francisco, esbarra na legislação estadual, que veda a instalação de empreendimentos desse tipo. O governo pernambucano informou ainda desconhecer o estudo.

Conforme revelado pelo **Valor** na semana passada, estudo da Eletronuclear, braço de geração de energia nuclear da Eletrobras, indicou um potencial para construção de até 6,6 mil megawatts (MW) de capacidade de usinas nucleares em Itacuruba. Cada usina, do porte de aproximadamente 1 mil MW, teria investimento da ordem de R\$ 30 bilhões.

"O governo de Pernambuco destaca que desconhece o estudo citado e ressalta que a Constituição estadual veda a instalação de usinas nucleares em todo o território pernambucano", informou, em nota, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado.

O governo defendeu ainda a realização de uma "avaliação criteriosa" do Plano Nacional de Energia (PNE) 2050, que está em elaboração pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e está previsto para ser concluído no fim deste ano, para "identificar de que forma o Estado pode exercer sua participação em prol do desenvolvimento energético do país".

Na semana passada, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Reive Barros, disse que o PNE 2050 deve indicar a construção de usinas nucleares no Brasil, além da conclusão de Angra 3, no litoral do Rio, cujas obras devem ser retomadas no ano que vem.

Segundo o presidente da Eletronuclear, Leonam Guimarães, foram estudados oito potenciais localidades para abrigar novas usinas, no Nordeste e Sudeste.

Os estudos de identificação de potenciais locais de construção de usinas nucleares no Brasil foram interrompidos em 2011, após o acidente com a central nuclear de Fukushima, no Japão, atingida por um terremoto seguido por tsunami. A Eletronuclear ainda não retomou esse trabalho.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio****Título: Engie estreia no Brasil em gás e mira novos negócios**

Com a compra da Transportadora Associada de Gás (TAG), o grupo francês Engie se prepara para estreiar no mercado brasileiro de gás natural. O presidente da companhia no Brasil, Maurício Bähr, diz que o foco, no momento, é concluir o negócio com Petrobras, mas que a empresa está atenta a novos investimentos no setor de gás.

"O que queremos é ajudar a desenvolver esse mercado de gás, que tem um potencial enorme no Brasil. O pré-sal tem muito gás associado e a infraestrutura de gás ainda é pequena no país. Há um espaço muito grande, na medida em que a Petrobras está dando espaço para que novos agentes entrem no mercado. Vai ser uma coisa natural esse desenvolvimento", disse Bähr ao **Valor**.

A previsão da Engie é concluir a compra em maio. A seguir, quer centrar os esforços na integração do ativo. Para além de transporte de gás, a companhia, no entanto, também mira oportunidades na distribuição de gás canalizado, importação de gás natural liquefeito (GNL), geração de energia a gás, produção de biogás e estocagem.

A empresa possui um projeto licenciado de uma usina de 600 megawatts em Joinville (SC) e estuda cadastrar o empreendimento nos leilões de energia nova. Além disso, a Engie negocia uma parceria com a Golar Power para construção de um terminal de GNL no litoral catarinense, que abasteceria não só a termelétrica, mas o mercado de gás do Sul como um todo.

Bähr disse que a empresa está atenta às discussões sobre o novo marco regulatório do gás e que espera que as mudanças tragam "equilíbrio e atratividade para investidores". A Agência Nacional de Petróleo (ANP) já se posicionou favorável a uma mudança estrutural no setor, por meio de medidas de desverticalização para forçar a redução da presença da Petrobras no mercado, incluindo a distribuição.

O executivo lembra que a Engie tem se mantido ativa na aquisição de ativos no país nos últimos anos e que avalia oportunidades de negócios em outros setores, além do gás. Ele cita a compra, em 2018, da catarinense Sadenco, de

redes de iluminação pública no Sul. "Em serviços e soluções, estamos vislumbrando no curto prazo as PPPs [parcerias público privadas] de iluminação, as concorrências em Teresina [PI], Rio de Janeiro, Guarulhos [SP] e Porto Alegre [RS]".

Com a TAG, disse, a participação do Brasil nos resultados do grupo francês pode chegar a até 20%. "Hoje contribuímos com cerca de 15%", afirmou Bähr. Em parceria com o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), apresentou a melhor proposta por 90% da TAG - US\$ 8,6 bilhões. A matriz da Engie, na França, assumirá 29,25%, o mesmo tanto da Engie Brasil Energia (EBE). O CDPQ terá 31,5% e Petrobras, 10%.

A operação terá 70% de seu valor financiado por um grupo de bancos locais e estrangeiros. Os 30% restantes terão capital próprio. O financiamento é todo baseado na receita da própria TAG. A Engie assume uma empresa com receita líquida de R\$ 4,9 bilhões e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização-Ebitda de R\$ 4,7 bilhões, segundo o balanço 2018. A transportadora é dona de uma malha de gasodutos de 4,5 mil km de extensão, no Nordeste e Norte.

Bähr acrescentou que a operação traz longevidade para as atividades do grupo no Brasil. "Cada vez que fazemos um movimento dessa natureza, estamos ganhando longevidade das nossas atividades no país, uma receita previsível para os próximos anos e criando ótimas perspectivas", disse, citando que um conjunto importante de concessões hidrelétricas da empresa vence em 2028.

Para a Petrobras, o negócio representa importante fonte de caixa, na estratégia de redução da sua alavancagem. "A venda da TAG é a maior transação de M&A [fusão e aquisição] realizada pela Petrobras. O sucesso da transação reflete a forte demanda por ativos de infraestrutura no Brasil, já sinalizada no recente leilão de concessões de aeroportos", disse o presidente da estatal, Roberto Castello Branco.

O UBS estima que a venda possa garantir uma redução de 10% na dívida líquida da estatal, para cerca de R\$ 261 bilhões. Com a TAG, um dos maiores desinvestimentos da história da Petrobras, foram realizados US\$ 9,25 bilhões em venda de ativos este ano na gestão de Castello Branco.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Estevão Taiar | De São Paulo****Título: Leilões levantam R\$ 8 bilhões em outorgas para União**

O governo encerrou, na sexta-feira, uma sucessão de quatro leilões de infraestrutura bem sucedidos em quatro semanas, somando a arrecadação de mais de R\$ 3,3 bilhões em outorgas à vista. Considerando as outorgas variáveis, são cerca de R\$ 8 bilhões.

A sequência de certames terminou com a licitação de seis terminais portuários no Pará, destinados à movimentação e ao armazenamento de grânéis líquidos (combustíveis). Mesmo com a outorga mínima simbólica de R\$ 1,00 estabelecida para cada terminal, o arrendamento somou outorga de R\$ 447,9 milhões, devido ao grande interesse dos investidores, todos do setor de combustíveis.

Os investimentos nos seis terminais arrendados são estimados em R\$ 430 milhões. Com isso, o governo chegou na contratação de cerca de R\$ 7 bilhões em investimento, comemorou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, em entrevista coletiva concedida depois do leilão. A realização dos quatro leilões, envolvendo 23 concessões, havia sido estabelecida como meta para os primeiros cem dias do governo de Jair Bolsonaro. "Adoro cumprir metas", disse Freitas, brincando que já é "praticamente sócio" da B3, onde os certames aconteceram.

Entre 15 de março e 5 de abril, foram licitados 12 aeroportos, três terminais portuários em Cabedelo (PB), um terminal portuário em Vitória (ES), o tramo central da Ferrovia Norte-Sul, e os seis terminais portuários do Pará.

A ideia do governo é aproveitar o ânimo dos leilões recentes e manter o ritmo de novas licitações daqui para a frente. Nessa semana, devem sair os editais dos leilões de arrendamento de dois terminais portuários em Santos (SP), um para fertilizantes e outro para grânéis líquidos, e outro em Paranaguá (PR), destinado ao armazenamento de celulose.

"Isso, na nossa visão permite que o leilão aconteça até agosto", disse Diogo Piloni, secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, também durante a entrevista coletiva realizada depois do leilão. Um outro leilão portuário deve acontecer em breve. O governo espera que o Tribunal de Contas da União (TCU) se manifeste até o fim deste mês a respeito de um certame que vai oferecer terminais no Porto de Suape (PE). Se a previsão se confirmar, o

edital será publicado no fim do primeiro trimestre, permitindo que o leilão aconteça ainda em 2019.

Enquanto a reunião do conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) não acontece para qualificar novos projetos de infraestrutura que possam ser levados aos investidores privados, o Ministério da Infraestrutura segue avançando com estudos para outras concessões. Segundo Freitas, estão previstos para este ano os leilões das rodovias BR 364 e BR-365, e também das ferrovias Oeste-Leste (Fiol) e Ferrogrão.

Ficarão, portanto, para 2020, leilões como os das rodovias Nova Dutra, Rio-Teresópolis e nova BR-140. As concessões de outros 22 aeroportos já tiveram os estudos iniciais lançados, e o certame está previsto para o segundo semestre do ano que vem.

Na sexta-feira, cada um dos seis terminais teve um vencedor diferente, todos relacionados aos grupos Cosan, Ultra e à Petrobras. Cinco terminais ficam em Miramar, no Porto Organizado de Belém. O Consórcio Latitude, formado por Ipiranga e Petróleo Sabbá (da Raízen), venceu o terminal BEL 02A com a outorga de R\$ 40 milhões. A área BEL 02B ficou com a Petróleo Sabbá, que ofereceu R\$ 60 milhões. A Ipiranga levou o BEL 04 por R\$ 87,1 milhões. A Petrobras Distribuidora levou o BEL 08 por R\$ 50 milhões, e a Transpetro ficou com o BEL 09 por R\$ 30,2 milhões. No Porto de Vila do Conde, a Tequimar (da Ultracargo) levou o terminal VDC 12, por R\$ 180,5 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Retomada do consumo de alumínio desacelera

O consumo de alumínio no Brasil vem crescendo nos últimos anos, após retração da demanda de 2014 a 2016, que levou a uma queda de quase 30%. O metal é insumo de vários produtos e está presente em embalagens, carros, na construção civil e em outros setores da economia. No ano passado, de acordo com dados da Associação Brasileira de Fabricantes de Alumínio (Abal), o consumo de alumínio chegou a 1,38 milhão de toneladas ante 1,26 milhão apurada no ano anterior. O crescimento atingiu quase 10%.

Essa recuperação, que veio de uma taxa de alta de 5% em 2017, no entanto, não se sustentará no patamar do ano passado, disse ao Valor o presidente da Abal, Milton Rego. "Vamos crescer neste ano, mas com viés de baixa", afirmou.

Segundo o dirigente, deverá ficar na faixa de 5%, pois houve recuo nos setores automotivo e o da construção civil ainda não reagiu.

Esse cenário causa temor. Do aumento de 2018, boa parte foi suprido por produtos importados, a maior parte da China. As importações tiveram alta de 40% de um ano para outro, chegando a 196,1 mil toneladas. Em chapas, por exemplo, o aumento das importações foi de 56,3%. Já em fios e cabos as remessas para o Brasil cresceram 183%, muito puxado pelas transmissoras chinesas de energia.

Pelos dados da entidade, o consumo do alumínio nacional aumentou 5,7% no ano passado em relação a 2017, chegando a 1,18 milhão de toneladas. "A taxa de consumo está crescendo cada vez mais. Entre os metais de base é o que mais vai aumentar. Nos últimos 15 anos, a taxa sempre cresceu 2,5 vezes o PIB (Produto Interno Bruto). Mas, o agravante é que o país é o único que não tem medidas de proteção, principalmente para o alumínio chinês, dentre os dez maiores consumidores mundiais", disse Rego, da Abal.

Assim como no aço, o temor da indústria é a invasão do produto chinês com a guerra comercial do país com os Estados Unidos. Rego contou que em 2017, 17% das exportações chinesas tiveram como destino o mercado norte-americano. Naquele ano, a China enviou 6,9 milhões de toneladas para todo o mundo.

"Com as restrições aos produtos chineses nos EUA impostas pelo governo Donald Trump, a China vai ter de procurar outro destino para a sua produção. E onde é mais fácil entrar? Onde não há restrição. Todos os maiores consumidores mundiais de alumínio tem barreiras comerciais ou de qualidade ao alumínio chinês. É bom ressaltar que a indústria brasileira não precisa de proteção, conseguimos competir com empresas. Mas, não conseguimos competir com país e a China é responsável por 75% dos subsídios ao setor de alumínio concedidos no mundo. Ai fica desigual a competição", disse Rego.

O maior importador do alumínio chinês no Brasil, segundo o dirigente, é o setor da construção civil. No entanto, ressaltou ele, são os distribuidores de materias de construção os grandes compradores e não as construtoras. "Chegam produtos acabados e semi-acabados no país, não o alumínio primário. Estamos perdendo a chance de melhorar a nossa indústria e abastecer com mais qualidade o mercado. O consumo cresce e pode ser suprido pelo produto chinês se nada for feito", advertiu o dirigente.

O segmento de alumínio extrudado, que é usado em setores de transporte e construção civil, é o que mais demanda atenção do setor, na avaliação de Rego. Isso porque em 2018 as importações desse tipo de produto subiram 13,6%.

"Parece pouco a evolução, mas não é quando se olha que as transformadoras do metal operam apenas com 50% da capacidade instalada no país. Ou seja, podemos atender a demanda de mercado, mas quem supri esse crescimento é o alumínio chinês, que é mais barato."

De acordo com dados da associação, no ano passado o consumo de extrudado aumentou 2,2%, passando de 233,8 mil toneladas para 238,9 mil. O produto fabricado aqui teve elevação de 1,5% no comparativo com o ano anterior, alcançando 223,9 mil toneladas.

No caso do alumínio primário também se vê o aumento da importação, mas aí as razões são outras - desmantelamento dos "smelters" (unidade de produção) nos últimos cinco anos. No ano passado, o país produziu 659 mil toneladas e importou 355 mil toneladas. Segundo Milton Rego, de 2014 para cá a capacidade de instalada foi reduzida em função dos altos custos de produção, principalmente com a energia elétrica. No período, seis usinas produtoras foram fechadas, o que equivale a 800 mil toneladas. "A única que pode voltar, caso os custos sejam competitivos, é a Alumar, em São Luis (MA)."

Em 10 anos, o Brasil saiu de uma produção de 1,65 milhão de tonelada de alumínio primário, em 2007, para 659 mil toneladas no ano passado. As importações saíram de módicas 30 mil toneladas para 355 mil toneladas. O Brasil chegou a ser o quinto maior produtor mundial de alumínio primário na década de 1990. Em 2017, de acordo com a Abal, o país figurava na 11ª posição.

"Mas, podemos ser importadores se a indústria de transformados estiver trabalhando a todo vapor. Muitos países fazem isso. Queremos ser competitivos no segmento de mais valor agregado", disse Rego. A tonelada de semimanufaturados custa, em média, no mercado internacional US\$ 3,31 mil. Já o alumínio primário é negociado a US\$ 2,11 mil a tonelada, de acordo com a Abal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Patrick Brock | Para o Valor, de Cambridge (EUA)

Título: Plano de ajuda vai ao Congresso em 20 dias, prevê Mansueto

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse que o governo deve enviar ao Congresso o Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF) dos Estados nos próximos 20 dias. Ele relatou ao **Valor** nos bastidores da "Brazil Conference 2019", realizada neste fim de semana em Cambridge (Estados Unidos), que a ideia do projeto de

lei é dar mais flexibilidade aos governadores para decidir como se enquadrar nos critérios que gradualmente destravariam empréstimos com garantia da União.

Ele reconhece que alguns Estados têm enfrentado dificuldades para privatizar ativos que os ajudariam a se enquadrar no PEF e exorta governadores a construir uma narrativa mostrando os benefícios que essas privatizações podem trazer à qualidade dos serviços prestados. A recente venda de distribuidoras estaduais da Eletrobras seria um exemplo bem-sucedido, de acordo com Mansueto.

O secretário, um cearense de 51 anos, corrige quem se refere ao PEF como "Plano Mansueto." Ele disse que ficou surpreso com o convite para permanecer no Tesouro e admite que a continuidade da agenda reformista é o que o motivou a permanecer no setor público. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: *Em que ponto está o Plano de Equilíbrio Fiscal para os Estados?*

Mansueto Almeida: Temos no Brasil hoje cerca de 12 Estados com nota C [pela avaliação do Tesouro Nacional], que não se qualificam para empréstimos com garantia da União. Se conseguirem mostrar que ao longo de quatro anos a receita vai ficar maior do que a despesa, eles se qualificariam, mas o empréstimo seria dividido em tranches, porque a cada ano acompanharemos se, de fato, a poupança do Estado está aumentando. Aí eles teriam direito a tranches adicionais. Mas esse empréstimo seria só um percentual do ajuste fiscal que vão fazer.

Valor: *A principal contrapartida seria um ajuste fiscal?*

Mansueto: É um ajuste que ele [governo estadual] vai decidir como fazer. Isso é uma novidade. Ninguém está falando, "Olha, você tem que fazer esse tipo de corte de despesa, você tem que aumentar essa despesa". Não. Ele é que vai decidir se quer aumentar receita, ou cortar despesa, ou fazer uma mistura dos dois. O único indicador que a gente vai olhar é se, ao longo de quatro anos da gestão do governador, ele terminará o mandato com nota B. Aí ele se qualificaria para o empréstimo-garantia da União. O que estamos fazendo é antecipando um pouco isso, mas só de um percentual do ajuste fiscal que ele fará.

Valor: *Mas alguns governadores estão enfrentando dificuldades para privatizar ativos..*

Mansueto: Então, da mesma forma que o governo federal tem de convencer o Congresso, conquistar o apoio parlamentar, para aprovar a reforma da Previdência e fazer várias coisas do ajuste fiscal, os Estados têm de fazer a mesma coisa.

Valor: *O desafio então seria como construir essa narrativa para o público local?*

Mansueto: Exatamente, porque muitas vezes em alguns Estados a população ainda é muito reticente, por exemplo, a privatizar uma empresa, sendo que, muitas vezes, a privatização na verdade traz ganhos para a população. O melhor exemplo disso foi o que ocorreu no ano passado, com a privatização das distribuidoras estaduais de energia da Eletrobras, que foi realizada em Alagoas, no Piauí, em vários Estados. O efeito imediato foi a queda da tarifa e o aumento do investimento.

Valor: *Quando o PEF deve ser apresentado ao Congresso?*

Mansueto: Acho que nos próximos 20 dias a legislação já estará pronta, teremos uma primeira versão para mandar ao Congresso. Agora, como vai ser a tramitação depende do timing político. O plano estará pronto, mas exatamente como será a apresentação, a tramitação, depende muito de um acordo político. Mas é importante destacar o seguinte: o PEF é apenas um dos componentes, ao lado da reforma da Previdência, de um pacote que vai ajudar os Estados. A melhor ajuda para os Estados não é o PEF, é a reforma da Previdência. Sem ela, nenhum Estado vai controlar o crescimento da despesa com pessoal.

Valor: *Muitos têm alertado que a reforma da Previdência não é uma panaceia para todos os problemas. Qual seria o feito imediato da sua aprovação?*

Mansueto: O efeito da Previdência é muito mais quando se olha para os próximos 20, 30 anos. A trajetória do gasto público é insustentável. Se não fizermos nada, será necessário um aumento brutal da carga tributária, que possivelmente o governo não conseguiria fazer. Mas você aprovando a reforma da Previdência, muda a dinâmica. O investidor vai olhar para os próximos 10, 15, 20, 30 anos e vai notar que essa trajetória não é mais insustentável: o crescimento do gasto público será menor, ele pode até estabilizar ou cair. Então é muito importante porque os investidores antecipam o efeito das políticas. Vai trazer algum ganho imediato em um ano ou dois anos? Vai trazer um ganho no

próximo ano, mas no início será pequeno. Mas é muito mais a sinalização da dinâmica do gasto público, que muda completamente com a reforma da Previdência Social.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale propôs três independentes, mas minoritários reivindicam uma vaga

O grupo de controle da Vale antecipou a inclusão de mais um conselheiro independente para as eleições ao conselho de administração da companhia, dia 30, como forma de aprimorar a governança e buscar novas competências para o colegiado num cenário pós-Brumadinho, segundo fontes próximas das discussões. Na proposta apresentada aos acionistas para discussão na AGO, os controladores elevaram as vagas de 12 para 13 assentos, ampliando de duas para três vagas o número de independentes.

De acordo com as regras do Novo Mercado da B3, a empresa, listada neste segmento da bolsa em 2017, teria tempo até 2021 para atingir o percentual de 20% de independentes, o que, no caso da Vale, representa três cadeiras de um total de 13 membros. Fontes disseram, porém, que a empresa decidiu se antecipar e tentar eleger um terceiro nome. "O valor da independência ficou evidenciado para os controladores no momento de crise", disse um interlocutor próximo ao conselho, referindo-se ao caso Brumadinho.

O grupo de controle apresentou chapa única para a eleição formada por 12 integrantes, incluindo os independentes (o 13º membro é escolhido pelos trabalhadores da Vale). No entanto, minoritários que vêm tentando eleger um nome ao conselho nas últimas três eleições querem agora indicar pelo menos um representante para o colegiado.

Geração Futuro L.Par, Victor Adler e Vic DTVM, entre outros, apontaram Patricia Bentes, como titular, e Marcelo Gasparino, como suplente, para concorrer a uma vaga no dia 30. Em comunicado à mineradora, os minoritários dizem que os candidatos vão concorrer pelo processo de voto múltiplo, de acordo com o previsto nos termos do artigo 141 da lei 6.404/76 (Lei das S.A). Pelo voto múltiplo, um acionista com 5% das ações pode concentrar seus votos em um único candidato.

A Vale ainda não incluiu o nome desses candidatos no boletim de voto a distância (BVD), usado sobretudo por investidores estrangeiros. O **Valor** apurou que a empresa trabalha para viabilizar o nome dos minoritários no BVD, mas

ainda analisa o pedido sobre o voto múltiplo. Uma decisão sobre o tema pode ser divulgada até quarta-feira. Os minoritários conseguiram ter o direito de indicar um nome para o conselho pois comprovaram ter mais do que 0,5% do capital social da companhia.

Em 28 de abril, a empresa deve publicar um mapa dos votos feitos a distância pelos investidores. Esse mapa será importante, pois poderá indicar se foi atingido o percentual mínimo de 5% do capital social para instalar o voto múltiplo, como querem os minoritários. Se o voto múltiplo for aprovado pelos investidores, estabelece-se uma eleição de "todos contra todos", uma vez que nessa modalidade os acionistas passam a votar individualmente nos candidatos, e acaba o voto em chapa.

Se os investidores aprovarem o voto múltiplo, irá se configurar uma situação em que haverá pelo menos 13 candidatos disputando 12 vagas no conselho, sem considerar o representante dos trabalhadores. O aumento do conselho para 13 assentos irá exigir mudança no estatuto da Vale e será objeto de uma assembleia geral extraordinária (AGE) antes da assembleia ordinária (AGO), que tem na pauta a eleição, ambas no dia 30.

Caso a ampliação do colegiado não passe na AGE, a empresa comunicou que Clarrisa Lins, uma das candidatas independentes, deixará a chapa. Clarissa integra o comitê de sustentabilidade da Vale, uma das instâncias técnicas de apoio ao conselho. As outras duas independentes na chapa são Sandra Guerra e Isabella Saboya, que já são conselheiras desde 2017 e que agora tentam a recondução.

Patricia Bentes, a candidata titular dos minoritários, poderá disputar vaga diretamente com Sandra e Isabella. Inicialmente, ela era substituta de Gasparino, mas houve uma troca "estratégica". "Agora é mulher contra mulher", disse uma fonte dos minoritários.

No mercado, considera-se difícil que outros minoritários, como grandes gestoras, lancem candidatos para concorrer pelo voto em separado dos controladores, o que exige reunir 10% do capital social da companhia, somando as PN (a Vale ainda tem 12 dessa classe com a União) em ON.

O conselho eleito vai conduzir os rumos da mineradora até 2021. Será a última eleição ainda sob a vigência do atual acordo de acionistas, que reúne os fundos de pensão liderados por Previ; BNDESPar (ligado ao BNDES), Bradespar (ligada ao Bradesco), e a trading Mitsui. Esse bloco detém 38% do capital da Vale. O acordo é válido até novembro de 2020.

Entre as tarefas de curto prazo do conselho está a indicação da nova diretoria-executiva da Vale. Ela vai decidir se o atual presidente interino, Eduardo Bartolomeo, será efetivado no cargo ou se será substituído por nome de fora da companhia. Como haverá renovação de nomes no conselho - foram indicadas cinco substituições -, é difícil arriscar, agora, se Bartolomeo será mantido. "Será preciso conhecer primeiro o voto dos novos conselheiros", disse uma fonte.

Outro ponto relevante é saber quem será o novo presidente do conselho da Vale, posição tradicionalmente ocupada pelo presidente da Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. Embora seja pouco provável que a fundação abra mão desse cargo, não se considera impossível que um outro nome possa ser indicado para liderar o colegiado dado o momento de transformações pelo qual a mineradora passa depois da tragédia de Brumadinho. Um nome cogitado para ser o chairman é o de José Luciano Penido, indicado na chapa pela BNDESPar, devido sua experiência em mineração e na relação com diferentes grupos de interesse em companhias abertas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/04/2019

Seção: Agronegócio

Autor:

Título: Petróleo em alta

Commodities Agrícolas

Os contratos futuros de açúcar demerara tiveram alta na bolsa de Nova York na sexta-feira, em linha com a elevação dos preços do petróleo. Os lotes com entrega em julho subiram ou 6 pontos, fechando a 12,87 centavos de dólar por libra-peso. Na sexta-feira, o petróleo se firmou em alta, após leitura sobre o mercado de trabalho nos Estados Unidos ("payroll"). Analistas apontam que o resultado contribuiu para afastar a ideia de que o país se aproxima de uma recessão que, no plano global, reduziria a demanda por energia. Quando o preço do petróleo sobe, o etanol (feito de cana no Brasil) fica mais competitivo e a tendência é que sua produção seja priorizada em detrimento do açúcar. No Brasil, o indicador de açúcar cristal ficou em R\$ 65,90, queda de 2,56%, disse o Cepea.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/04/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

Rating da CSN

A agência de classificação de risco S&P Global pôs os ratings da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em observação positiva, após anúncio da emissão de US\$ 750 milhões em bônus com vencimento em sete anos. Hoje, o rating é de "CCC+" em escala global e "brBB+" na nacional. Segundo a S&P, se a empresa usar os recursos para pagar dívidas de 2019 e 2020, a pressão sobre a liquidez diminuirá em 18 a 24 meses. A emissão se soma ao refinanciamento de dívidas, à venda da CSN LLC nos EUA e à venda de minério para a Glencore, que renderam R\$ 3,5 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/04/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Fornecedores de cana amargam prejuízo**

Os fornecedores de cana para as usinas do Centro-Sul do país mais uma vez amargaram prejuízo na safra 2018/19, que terminou em 31 de março. Além de terem sido espremidos pela escalada dos custos de produção, a remuneração foi afetada pela desvalorização do açúcar, que reduziu o preço pago pela matéria-prima.

Segundo levantamento do Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresa (Pecege/Esalq/USP) feito em parceria com a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana) e com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em 38 polos do Centro-Sul o custo médio para produzir cana na safra passada foi de R\$ 103,83 por tonelada, acima do preço médio recebido pela tonelada produzida (R\$ 78).

Mesmo considerando que nem todos os produtores têm o mesmo custo - e mesmo incluindo aqueles com a produção mais eficiente -, o resultado foi prejuízo. Pelo levantamento, o custo do produtor mais eficiente foi de R\$ 83 por

tonelada de cana, ainda acima do preço pago. O produtor menos eficiente, por sua vez, teve custo de R\$ 125 por tonelada.

A variação entre os custos de cada produtor é determinada por diversos fatores, sendo o principal a produtividade agrícola, que na média voltou a cair. De acordo com os dados do Pecege, os produtores colheram na safra passada 77 toneladas por hectare, 3 a menos do que no ciclo anterior, fruto tanto de adversidades climáticas como da deterioração da qualidade dos canaviais.

Essa situação dá sequência à tendência da última década. Segundo nota da Orplana, em 11 anos os custos de produção da cana cresceram 177,4%. Já produtividade recuou 12,5% no mesmo período, em decorrência da intensificação da mecanização e da expansão para áreas não "domesticadas" para a cana, segundo a entidade.

De acordo com o estudo, dois terços dos produtores do Centro-Sul tiveram na safra passada custo acima de R\$ 100 por tonelada.

As contas, porém, não incluem eventuais remunerações adicionais que algumas usinas oferecem aos produtores, para além do valor do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol de São Paulo (Consecana). Até a safra passada, não havia regras para as bonificações, mas o conselho aprovou no fim de março um novo modelo, vigente a partir do ciclo atual (2019/20), que prevê a obrigatoriedade do pagamento de "prêmios" conforme a qualidade da matéria-prima.

A qualidade será auferida de acordo com a pureza do caldo da cana, que aumenta o rendimento da matéria-prima na indústria.

O novo modelo também prevê bonificações adicionais que reflitam "eventuais particularidades de uma determinada região produtiva ou que visem ao ganho de eficiência e produtividade", explicou a Orplana, em nota. Esses ganhos podem estar atrelados, por exemplo, à distância entre fornecedores e indústrias ou ao nível de demanda por cana.

A câmara técnica do Consecana avaliará ainda como incluir preceitos do programa RenovaBio - em fase de regulamentação e que deve entrar em vigência em 2020 - no sistema de precificação da cana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/04/2019

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Oferta de ações da Petrobras

A Caixa Econômica Federal definiu no sábado o sindicato de bancos que coordenará a oferta subsequente ("follow-on") de ações detidas na Petrobras. Os coordenadores serão Caixa, Morgan Stanley, UBS, XP Investimentos e Bank of America (BofA), segundo uma fonte. O líder do sindicato será o BofA. Além das ações da Petrobras, a Caixa pretende vender participações detidas direta e indiretamente no Banco do Brasil e na Alupar. Ao todo, as ofertas podem movimentar quase R\$ 13 bilhões. **(Maria Luíza Filgueiras)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/04/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Ibama libera leilão da ANP em área 'sensível'

Autorização vem apesar de recomendações da equipe técnica de que eventuais vazamentos de óleo poderiam atingir áreas como a de Abrolhos

O presidente do Ibama, Eduardo Fortunato Bim, decidiu ignorar recomendações técnicas feitas pela equipe do próprio órgão de fiscalização ambiental e autorizar o leilão de sete blocos de petróleo localizados em regiões de alta sensibilidade, em áreas que incluem o pré-sal. Ao Estado, ele negou ter ignorado recomendação sobre risco de vazamento de óleo em uma das regiões de maior biodiversidade do Oceano Atlântico e disse que a regra do leilão previsto para outubro é igual à de outras áreas já licitadas.

A reportagem, porém, teve acesso aos dois documentos: a análise técnica que recomenda a exclusão dessas áreas em licitação e o parecer em que ele rejeita a orientação. As sete áreas fazem parte do pacote de blocos de petróleo incluídos na 16.ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A área técnica do Ibama apontou que quatro blocos localizados na bacia Camamu-Almada, na Bahia, ficam entre as cidades de Salvador e Ilhéus. Em caso de incidente com derramamento de óleo, a dispersão do material pode atingir "todo o litoral sul da Bahia e a costa do Espírito Santo, incluindo o complexo de Abrolhos".

A região compreende área de 32 mil km² de água rasa, com recifes de coral e manguezais. Vazamentos atingiriam ainda, e em poucas horas, manguezais e recifes de corais, comprometendo a fauna e pesqueiros relevantes. Na região está o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, onde ocorrem espécies endêmicas. Aves, tartarugas e baleias também habitam o local. No caso de outros três blocos localizados nas bacias de Jacuípe e Sergipe-Alagoas, os

técnicos alertaram que as áreas são alvo de estudo de avaliação ambiental ainda não concluído. A orientação era de que se aguardasse esse detalhamento para levar as áreas a leilão.

Bim, porém, decidiu que a falta dos estudos "não se configura como fundamento técnico para a negativa de se levar blocos a leilão". Ele disse que há normas que dispensam a necessidade de conclusão desses estudos. "Meu despacho é expresso no acatamento das indicações técnicas da equipe quando do licenciamento." Ao todo, a rodada prevê a oferta de 36 blocos nas bacias marítimas de Pernambuco-Paraíba, Jacuípe, Camamu-Almada, Campos e Santos, totalizando 29,3 mil km² de área. Conforme apurou o Estado, a decisão de Bim de não seguir o parecer técnico do Ibama ocorreu após o órgão ser questionado pelo Ministério do Meio Ambiente, que cobrou a autorização para que todos possam ser leiloados.

Questionado, ele negou que tenha recebido a orientação para manter a oferta dos blocos. O posicionamento técnico do Ibama não tem poder de excluir áreas em leilões, mas é documento fundamental para sinalizar a complexidade do que está sendo oferecido. Por isso, normalmente os pareceres são apoiados pelo Ibama. A análise ambiental prévia às rodadas de licitações da ANP é feita desde 2004, conforme resolução do Conselho Nacional de Pesquisa Energética, formado por membros do governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Camila Turtelli, Clarice Couto, Gustavo Porto

Título: » Parceria.

Coluna do broadcastagro

As entidades norte-americanas ligadas ao etanol foram consultadas e participaram de mecanismos específicos do RenovaBio. "Estados Unidos e Brasil têm construído uma relação comercial cooperativa e sólida, especialmente em relação aos biocombustíveis, e gostaríamos de continuar vendo que o RenovaBio promove essa relação comercial livre e justa", informam as entidades.

» Rumo ao Oriente. A Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) vai acompanhar a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, na viagem que fará à China em maio. "Estamos programando mostrar nossos produtos e a confiança do produtor nos mercados asiáticos", afirma Bartolomeu Braz Pereira, presidente da entidade. Após participar na semana passada do lançamento das

Frentes Parlamentares Brasil-China e Brasil- Brics, na Câmara dos Deputados, a Aprosoja reforça a expectativa de ampliar mercados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/04/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Número oficial de mortos em tragédia chega a 224

A Defesa Civil de Minas informou que o número de mortos identificados na tragédia da mineradora Vale em Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, subiu para 224. Outras 69 pessoas permanecem desaparecidas e 395 foram localizadas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/04/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Fernanda Canofre

Título: Lista de sumidos em Brumadinho é alvo de golpes

Desde o dia 25 de janeiro, quando uma barragem da Vale se rompeu na mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho(MG), a Polícia Civil de Minas Gerais já pediu a retirada de 17 nomes da lista de desaparecidos. A tragédia deixou 224 mortos, até o momento.

Três destes nomes foram retirados da lista na última sexta-feira (5). No final de semana os desaparecidos passaram de 75 para 69. Mais três mortos foram identificados.

Segundo a Polícia Civil, dos 17 nomes retirados, 11 tinham erros de grafia, estavam duplicados ou eram de pessoas que estavam vivas e não haviam comunicado às autoridades; seis foram por estelionato.

Em um dos casos identificados, um homem vindo de São Paulo alegava ter perdido o irmão na tragédia.

Ele chegou a ter DNA coletado para ajudar na identificação do corpo, conseguiu passagens, hospedagem e alimentação custeados pela Vale e estava prestes a encaminhar um requerimento para pedir o pagamento de R\$ 100 mil feito às famílias que perderam parentes na tragédia.

O irmão dele, porém, foi localizado trabalhando como vendedor ambulante em Praia Grande (no litoral paulista).

A polícia descobriu ainda que o falso desaparecido era foragido da Justiça de Santa Catarina, onde tinha um mandado de prisão aberto por homicídio. Os dois irmãos foram presos.

Em outro caso, uma mulher registrou o irmão morto desde 2010 como uma das vítimas. A polícia abriu inquérito por tentativa de estelionato.

“As pessoas que foram presas em flagrante delito nessas tentativas de fraude são pessoas de outros estados. Pessoas que tiveram passagens aéreas, hospedagem, alimentação, tudo financiado pela Vale. Vieram de longe para cometer a fraude”, afirma a delegada Ana Paula Gontigo, titular em Brumadinho e que investiga os nomes nas listas de desaparecidos.

De acordo com a delegada, o fato de o Brasil não ter experiência para lidar com grandes tragédias pode ter facilitado a ação dos golpistas.

Como ninguém sabia quantas pessoas poderiam ter sido mortas ou atingidas pela lama após o rompimento, isso abriu oportunidade para que inserissem os nomes falsos.

Quase 70 dias depois do desastre, com a lista diminuindo, a polícia pretende investir mais no trabalho de investigação sobre cada um dos desaparecidos. Entre os 69 nomes, há 18 pessoas cujos familiares ainda não compareceram ao Instituto Médico Legal (IML), em Belo Horizonte, para fazer a coleta de DNA para a identificação das vítimas.

“O trabalho da Polícia Civil ajuda com o trabalho dos Bombeiros, porque esse número de pessoas que ainda faltam ser encontradas influencia diretamente na logística e no planejamento da execução de atividades deles nas buscas”, diz a delegada.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/04/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORRÊA E MARTHA BECK BRASÍLIA

Título: Riqueza compartilhada

Governo pretende alterar lei para dividir mais de R\$ 100 bi do pré-sal com estados

A equipe econômica já encontrou uma saída para partilhar com estados e municípios mais de R\$ 100 bilhões em receitas decorrentes da exploração do pré-sal. A solução está na proposta de emenda constitucional (PEC) que desvincula e desindexa o Orçamento da União (a chamada PEC do pacto

federativo, que acaba com despesas obrigatórias e deixa nas mãos do Congresso a negociação dos gastos prioritários). Segundo integrantes do governo, o texto vai criar uma exceção à regra do teto de gastos, pela qual as despesas públicas não podem crescer acima da inflação.

Isso abre caminho para que parte da arrecadação com o pré-sal seja transferida para as mãos de governadores e prefeitos sem criar problemas para a União. Hoje, a regra do teto já tem cinco exceções: despesas com eleições, transferências a fundos constitucionais, gastos extraordinários, complemento ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e aumento de capital em estatais. Em troca da benesse, o governo quer apoio firme dos governadores à aprovação da reforma da Previdência. Segundo os técnicos, as mudanças nas aposentadorias precisam ser aprovadas primeiro.

Logo após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu a estados e municípios dividir uma fatia do que o governo federal arrecadaria este ano com o megaleilão do pré-sal: cerca de R\$ 100 bilhões em bônus de assinatura. Recentemente, ele tem afirmado que pretende compartilhar 80% das receitas do pré-sal com os governos locais. No entanto, não havia forma de fazer essa operação sem descumprir o teto.

Quando a União fosse repassar o valor aos governos regionais, seria criada uma despesa e o limite de gastos não seria respeitado. Mas com a proposta de desvinculação, o assunto fica sanado. O governo pretende encaminhar o texto ao Congresso em breve. Já existem versões da proposta em circulação no governo.

DIVISÃO DO FUNDO SOCIAL

Além da injeção de recursos do megaleilão, também está nos planos do governo repartir dinheiro do Fundo Social, que é alimentado com a exploração do pré-sal e hoje é todo da União. Neste caso, a PEC do pacto federativo também tem que ser aprovada. A ideia é que os estados tenham mais liberdade para gastar o dinheiro extra que entrar nos próximos anos. Mas o texto tratará como exceções despesas com saúde e educação. Assim, quando estados e municípios colocarem as mãos nos recursos do petróleo, eles terão necessariamente que destinar parte de sua arrecadação a áreas voltadas para as gerações futuras. A ideia é evitar que o dinheiro seja usado em obras de embelezamento, como já revelou O GLOBO no passado. Em Rio das Ostras, a prefeitura chegou a fazer uma polêmica calçada de porcelanato na praia. Além disso, a aposta é que a resistência à proposta diminua.

O Fundo Social tem cerca de R\$ 17 bilhões, montante que deve chegar a R\$ 26 bilhões até o fim do ano. Mas a divisão de recursos com os estados não mexerá

no que já foi acumulado até agora. A nova regra só afetará as arrecadações futuras. O governo entende que, se mexesse no estoque, criaria insegurança jurídica.

O plano da equipe econômica é garantir aos estados ao menos R\$ 3,9 bilhões por ano. Assim, a União deixaria para trás a dívida em compensações da Lei Kandir (que isentou ICMS de exportações, com perdas para estados). O valor também faria frente aos recursos do FEX, auxílio para fomento à exportação, que estados cobram da União, mas que não está previsto no Orçamento deste ano.

Para os técnicos da área econômica, a flexibilização do teto não é um tabu. Para eles, esse tipo de regra, assim como a metade resultado fiscal, são sinais do descontrole dos gastos públicos. Nas conversas internas, diz-se que países que fazem o dever de casa e são bons pagadores não precisam de tantos mecanismos de controle. Assim, a partir do momento que o governo conseguir reduzir o rombo fiscal e a trajetória da dívida pública, já haverá uma maior credibilidade do país junto aos investidores.

ROMBO DA PREVIDÊNCIA

Na avaliação de analistas, o dinheiro para estados será bem-vindo. O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, defende que o montante seja direcionado para a Previdência. O conjunto dos estados apresentou rombo no regime de aposentadoria de R\$ 85,891 bilhões em 2018.

— É apropriação da riqueza do pré-sal. Isto pode entrar, inclusive, para socorrer a Previdência dos estados. O melhor caminho era pegar esse dinheiro e colocar para bancar as despesas de aposentadoria, que é o item do Orçamento que mais cresceu — afirma Velloso.

A economista Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, lembra que é importante garantir que o dinheiro extra seja direcionado para investimentos. Ela destaca casos de municípios fluminenses produtores, onde os recursos dos royalties do petróleo foram mal geridos.

— (O dinheiro do petróleo) é um ativo que deve ser preservado para gerações futuras. Você não pode pegar esse dinheiro para pagar cafezinho — destaca a especialista. — No momento em que você desvincula para União, pode se tornar a maldição das vacas gordas. Um país que produz commodity, quando o preço vai lá para cima, ele fica bem. Mas quando vai lá para baixo, fica mal porque gastou mal.

MME / ASCOM .